



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
E.M.E.F. ALFREDO CESÁRIO DE OLIVEIRA
Rua: André Ribeiro de Mendonça, nº 467
Bairro: Alto da Fé – Igarapava / SP
Tel.: (16) 3172 - 1405

História

Tânia Lemos – 8º ano E / Matheus Anselmo- 8º ano A, B / Alexandre – 8º ano C, D, F

Revisão: Período Regencial

Semana: 20 a 24/09/2021 (4 aulas) 3º Bimestre

NOME COMPLETO: _____ 8 ano _____

As atividades serão postadas no blog da escola (www.alfredocesario.blogspot.com), no WhatsApp (grupo da sua sala) ou se preferir, pode pegar a atividade impressa na escola.

COLOQUE NOME COMPLETO E A SÉRIE EM TODAS AS FOLHAS DA ATIVIDADE!

- Vídeo-aula - Link: <https://youtu.be/ZJnQb36XFlk>
- Leia o texto-resumo:



PERÍODO REGENCIAL

(1831 - 1840)

PERÍODO REGENCIAL



- 7 de abril de 1831: Dom Pedro I abdicou, deixando como sucessor o filho Pedro de Alcântara, de apenas 5 anos. Uma junta de governo assumiu o poder transitoriamente, dando início ao período regencial.

- Os grupos políticos que antes se uniram em oposição a Dom Pedro I, depois de sua abdicação, passaram a divergir e a defender interesses distintos:

Grupo	Posição política	Posição social
Liberais moderados ("chimangos")	Monarquistas liberais.	Aristocracia agrária, principalmente do Centro-Sul do país.
Liberais exaltados ("farroupilhas")	Defensores da descentralização política e/ou da república.	Pequenos proprietários e profissionais liberais, concentrados nas províncias do Nordeste e do Sul.
Restauradores ("caramurus")	Defensores da restauração da monarquia com Dom Pedro I no trono.	Comerciantes e burocratas portugueses.

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA



+



+



Francisco de Lima e Silva

José Joaquim Campos

Nicolau de Campos Vergueiro

A principal medida tomada por essa Regência foi convocar os demais parlamentares para que elessem, em Assembleia Geral, a Regência Trina Permanente. Apesar de manter as estruturas políticas do Império autoritário, a Regência Provisória tinha um caráter liberal e anti-absolutista.

Outras medidas foram:

- Manutenção da Constituição de 1824;
- Anistia aos presos políticos;
- Lei Regencial = limitação dos poderes dos regentes;

REGÊNCIA TRINA PERMANENTE



+



+



Francisco de Lima e Silva

José da Costa Carvalho

João Bráulio Muniz

Em julho do mesmo ano, foi realizada eleição para a Regência Trina Permanente, composta de Francisco de Lima e Silva, João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho.

Liberais moderados dominaram a política e promoveram ações descentralizadoras:

- criação da Guarda Nacional, tendo cidadãos com função policial;
- aprovação do Código de Processo Criminal, que fixou normas para aplicação da justiça e deu poder aos juízes de paz das províncias;
- mudanças na Constituição de 1824 por meio do Ato Adicional.

GUARDA NACIONAL

A Guarda Nacional brasileira foi criada em agosto de 1831 durante o Período Regencial. O objetivo era ter um grupo armado para contrabalançar o poder do Exército e aumentar a autonomia das províncias.



A criação da Guarda Nacional refletia a desconfiança nas tropas do Exército – que reivindicavam a volta de D. Pedro I – e a política de fortalecimento das elites locais.

Seus membros eram os cidadãos com direito a voto, assim sendo, eram dispensados de servir ao Exército.

Os ricos proprietários de terras locais ganharam status, surgindo assim a famosa figura do “coronel”. Aos poucos foram se formando pequenas tropas pelo país, no intuito de garantir a segurança nacional.

ATO ADICIONAL DE 1834

O Ato Adicional de 1834 foi um conjunto de alterações introduzidas na Constituição de 1824.

Abaixo destacamos as principais mudanças do Ato Adicional:

- As províncias teriam maior autonomia;
- Foram criadas as Assembleias Legislativas Provinciais e os deputados eram eleitos por dois anos;
- Os governos provinciais podiam criar impostos, contratar e demitir funcionários; a regência Trina passou a ser Una
- Regente seria eleito por voto secreto para um mandato de quatro anos;
- Foi extinto o Conselho de Estado; o Poder Moderador – atribuição exclusiva do Imperador – foi suspenso;
- A criação do Município Neutro do Rio de Janeiro. A capital da Província do Rio de Janeiro seria a cidade de Niterói.

REGÊNCIA UNA DE PADRE FEIJÓ



Diogo Antônio Feijó (1784-1843) foi um sacerdote e político brasileiro. Foi Deputado, Ministro da Justiça, Regente Imperial e Senador. Feijó teve grande importância na política imperial, tanto por seus atos, como por sua influência, ocupando um lugar de destaque na História do Brasil.

PADRE DIOGO FEIJÓ

Foram feitas eleições para escolha da Regência Una, assim como previsto no Ato Adicional. O padre Diogo Antônio Feijó foi eleito. O antigo Ministro da Justiça na Regência Trina Permanente, membro do grupo liberal, ala progressista na política do período, esteve à frente da Regência em um momento em que as revoltas provinciais começaram a surgir. Sofreu a pressão dos regressistas, que acusavam Feijó de não manter a ordem no país. As revoltas que ocorriam nessa época ameaçavam a unidade do território do império.

Essas pressões somadas a eleição dos regressistas ao legislativo fez Feijó renunciar ao cargo.

REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA



Pedro de Araújo Lima (1793-1870) foi político brasileiro. O Marquês de Olinda. Exerceu importantes cargos públicos. Foi Senador, Regente, Ministro do Império, Ministro da Justiça, Ministro da Fazenda e dos Estrangeiros, Presidente do Conselho de Ministros e Conselheiro do Estado.

ARAÚJO LIMA

Com a renúncia de Feijó, o regressista Pedro Araújo Lima assumiu a regência. Essa chegada de Araújo Lima representou a chegada de conservadores no poder, diminuindo a autonomia das províncias justificando a perda de controle as rebeliões instaladas por partes do Brasil. Agiu de forma repressiva para conter os avanços dessas revoltas.

Em 1840, Araújo Lima aprovou a Lei Interpretativa do Ato Adicional, que previa leis centralizadoras pela redução dos poderes e autonomia que as províncias conquistaram na reforma da constituição de 1824.

REVOLTAS REGENCIAIS

AS PRINCIPAIS REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL

1831-1840

GOLPE DA MAIORIDADE

Crise política e conflitos nas províncias
+
Mobilização dos liberais pela antecipação da maioridade do príncipe
+
Campanha da imprensa contra a centralização regencial

D. Pedro II

O chamado Golpe da Maioridade foi realizado no ano de 1840 e consistiu na antecipação da idade legal do então herdeiro do trono brasileiro, Pedro II, para assumir o trono imperial. A maioridade, de acordo com a Constituição Imperial de 1824, era de 18 anos completos. Pedro II, por meio do golpe, subiu ao trono aos 15 anos, já que a data de seu nascimento era 2 de dezembro de 1825 e a sua coroação ocorreu em 18 de julho de 1841.

Semana: 20 a 24/09/2021

NOME COMPLETO: _____ 8 ano _____

ATIVIDADES DE REVISÃO

- 1) Por que o Brasil foi governado por regentes no período de **1831 a 1840**?
 - () O sucessor de D. Pedro I era seu filho com apenas 5 anos de idade.
 - () D. Pedro II já tinha 18 anos, mas ainda estava estudando na Europa.

- 2) Os grupos políticos do período regencial foram:
 - () Liberais moderados, Liberais exaltados e Restauradores.
 - () Republicanos, Monarquistas e Socialistas

- 3) Numere corretamente na ordem em que ocorreram as **regências** (de 1 a 4):
 - () Regência Una de Pedro de Araújo Lima
 - () Regência Trina Provisória
 - () Regência Una do Padre Feijó
 - () Regência Trina Permanente

- 4) Com a criação da **Guarda Nacional**, surgiu no Brasil o hábito de chamar os **ricos proprietários de terras** de:
 - () Patrão () Coronel

- 5) Cite dois fatores ocorridos na Regência Trina Permanente:

- 6) Descreva o Golpe da Maioridade:

7) Sobre as Revoltas Regenciais, associe corretamente as duas colunas (coloque cada letra em sua resposta):

- | | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| (A) Cabanagem | () Bahia (1831-1833) |
| (B) Balaiada | () Rio Grande do Sul (1835-1845) |
| (C) Sabinada | () Maranhão (1838-1841) |
| (D) Revolta dos Malês | () Pará (1835-1840) |
| (E) Guerra dos Farrapos | () Salvador na Bahia (1835) |